



Pl  
Câmara

**Reunião Ordinária – Ata nº 24/2012****Data** – 2012-12-21**Início** – 14.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 15.45 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis  
António Manuel de Santana Maia Leonardo  
António Manuel Belém e Ferreira Coelho  
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos**Faltas:** Não estiveram presentes os vereadores António Manuel Belém e Ferreira Coelho e Rui Miguel dos Santos Serrano, este último, por se encontrar de férias.**Resumo Diário da Tesouraria de 20-12-2012:**

a) Dotações Orçamentais ..... €4.610.568,01  
b) Dotações não Orçamentais ..... €129.461,67

Total das Disponibilidades ..... €4.740.029,68



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Esteve inscrita a munícipe Eugénia Pereira, para se pronunciar relativamente à questão do estacionamento no Centro Histórico, que informou previamente à reunião que, por questões profissionais, não poderia estar presente.



Presente o munícipe Jorge Ferreira Dias que, aquando da sua inscrição solicitou que estivessem na reunião os processos relativos à aquisição de terrenos à Mercar e ao alvará de loteamento nº 19/87 em nome de Raúl Damas Claro.

O munícipe começou por referir que a Presidente da Câmara tem responsabilidade sobre o que disse na assembleia e que não deveria ter mentido, sobre a EN 3-10 e sobre a Renault. Afirmou que a Presidente da Câmara, no processo Renault (Mercar), teria dito que o terreno ficou integrado no domínio público, quando foi isso que levou a que houvesse um processo em tribunal.

A Presidente da Câmara disse não ter nada a acrescentar ao processo do munícipe. Reiterou que nada do que disse é mentira, referindo que o senhor Jorge Ferreira Dias e os seus advogados sabem que o que ela disse é absolutamente verdade. A ação que decorreu em tribunal não teve provimento. Foram esgotadas todas as instâncias de recurso e, no âmbito desse processo, o Instituto Geográfico Português inscreveu o artº 53, secção G, a favor do Estado Português.

Depois, Jorge Ferreira Dias disse que a Presidente estava enganada ou que alguém a enganou. A Presidente da Câmara disse que o munícipe já haveria exposto o seu problema.

A Presidente da Câmara pediu ao munícipe respeito, já que este a estaria a ofender.

O mesmo continuou a afirmar em voz alta por inúmeras vezes, dirigindo-se à Presidente, que a *"senhora é uma mentirosa!"*

Em seguida, o filho do munícipe pediu a palavra. Ainda que a Presidente da Câmara tivesse dito que o assunto já estaria esgotado e que este não estaria inscrito, o munícipe Jorge Ferreira Dias incitou-o a participar, referindo que teriam que "bater o pé" e que "gente como esta não pode ocupar um lugar destes". Então, o filho do munícipe disse que a Câmara colocou o assunto em Tribunal, porque a Câmara tentou registar a parcela que era da Câmara e não o conseguiu porque o cadastro inscreveu essa parcela a favor do Estado e obrigou a Câmara a pôr o assunto em Tribunal.

A Presidente da Câmara pediu que saíssem, uma vez que o assunto estava exposto e a resposta da Câmara estava dada.

Seguidamente a Presidente da Câmara começou por prestar alguns esclarecimentos sobre este processo aos vereadores presentes, referindo que perante as decisões do tribunal, deve o assunto agora ser resolvido entre Jorge Ferreira Dias e a Mercar.

Disse também que não irá discutir publicamente o conteúdo das decisões transitadas em julgado, que o município também conhece porque a sua sociedade foi parte. Entende-se que, com as sentenças e acórdãos obtidos, se esgotaram todas as instâncias e possibilidades de obter decisão diversa e que o município se encontra, em fase extrajudicial, a reivindicar os direitos que entende ter perante a Mercar, em consequência da decisão judicial e devido à permuta, estando agendada uma reunião entre os advogados das partes para o próximo dia 3 de janeiro de 2013.

Posteriormente, para melhor entendimento dos vereadores e para constar, leu o seguinte memorando que explica todos os trâmites do processo:

- *"Maria Clara de Matos Garcia da Fonseca é proprietária por sucessão por morte de Isilda Rosa de Matos Garcia da Fonseca, de um prédio rústico denominado Olival da Barata, com a área de 36.840m<sup>2</sup>, inscrito na matriz sob o artigo 37 da secção G, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o n.º 01310, da freguesia de S. Vicente.*
- *Aos 03/12/1991 dá entrada nos Serviços do Município um projeto de obras ainda em nome de Maria Clara, cuja área de intervenção e planta de localização é igual à que vem a constar da escritura, baseada num contrato promessa – processo 1535. Na escritura refere-se um projeto aprovado pela Câmara como se verifica no alvará de licença de obras n.º 241/92 concedido por despacho de 02/01/1992.*
- *Aos 07/05/1992 é outorgada escritura de compra e venda no 8º Cartório Notarial de Lisboa entre Maria Clara e a Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S.A., para venda de uma parcela de terreno destinada a construção urbana com a área de 8.360m<sup>2</sup> a desanexar.*
  - *A parcela destacada foi inscrita na matriz aos 02/04/1992.*
  - *A parte restante encontra-se devidamente assinalada no croqui assinado e que está junto.*
  - *Não resultando do destaque mais de duas parcelas de terreno.*
- *Aos 21/05/1993 Maria Clara pede a retificação da área do prédio 37, secção G nas Finanças, dizendo que dos 36.840m<sup>2</sup> vendeu 8.360m<sup>2</sup> aos 07/05/1992 e lhe haviam sido expropriados 840m<sup>2</sup> para alargamento da via pública, pelo que o prédio deverá passar a ter 27.640m<sup>2</sup>.*
- *Aos 13/10/1994 é registada na Conservatória do Registo Predial a aquisição por compra da Mercar à Imoleasing do prédio inscrito na matriz sob o artigo 5686 com a área de 8.360m<sup>2</sup> – descrição 1886/19930920.*
- *Aos 02/03/2000, com base numa deliberação da Câmara de 16/07/1999 é outorgada a escritura de permuta 11/2000 entre o Município e a Mercar nos termos da qual o Município entregou uma parcela de terreno para construção urbana com 7.650m<sup>2</sup> (avaliada em 40.498.000\$00 – quarenta milhões quatrocentos e noventa e oito mil escudos) e recebeu da Mercar vários prédios rústicos e um lote (avaliados em 40.498.000\$00 – quarenta milhões quatrocentos e noventa e oito mil escudos), equivalendo-se os valores e não havendo compensações.*
- *A parcela designada por P1 com a área de 1.627m<sup>2</sup> não pode ser permutada nesta data por ter um ónus de não fracionamento de 10 anos (com início em 1992 e final em*

2002) e por sobre a mesma incidir uma hipoteca, que antes de alienação, teria de ser cancelada.

- Na escritura de permuta 1/2006, datada de 26/01/2006, conforme deliberação camarária de 17/02/2003, entre o Município e a Mercar é:
  - Retificada a área do prédio entregue pelo Município à Mercar de 7.650m<sup>2</sup> para 7.110m<sup>2</sup>.
  - Entregue pela Mercar ao Município uma parcela de terreno com a área de 1.627m<sup>2</sup>, inscrita na matriz provisoriamente sob o artigo P7679 (avaliada em 59.924,41€) a destacar do artigo 5686.
  - Mantido, no restante, o teor da escritura anterior.
- Esta parcela de 1.627m<sup>2</sup> foi inscrita na matriz pela Mercar aos 24/01/2006 sob o artigo P 7679 a que corresponde a descrição 4054/Ap. 15 de 17/04/2006.
- O Município juntou a esta parcela de 1.627m<sup>2</sup> a área de 540m<sup>2</sup> que havia adquirido em 1975 a Maria Teresa Valejo Soares Mendes e tal deu origem ao artigo 7689 com a área de 2.167m<sup>2</sup>, inscrito na matriz e registado a favor do Município - descrição 04055/070406.
- No ano de 2001, Construções Jorge Ferreira Dias, Lda., deu entrada nos Serviços do Município a uma operação de loteamento.
- Verificou-se por escritura de compra e venda, datada de 14/01/2000 que a sociedade adquiriu a Maria Clara a propriedade do artigo rústico 37 da secção G, objeto de um pedido de alteração à matriz quanto à sua área em 21/05/1993 e ainda pendente (pedido para redução da área de 36.840m<sup>2</sup> para 27.640m<sup>2</sup>) e um ónus de não fracionamento por dez anos a contar de 12/01/1993.
- Pelo processo administrativo 41/93, com resolução em Janeiro de 2004 é criado o artigo 53, secção G, com a área de 2.040m<sup>2</sup> e o artigo 52, da secção G fica com a área remanescente de 25.640m<sup>2</sup>.
- Temos dois prédios sobre o mesmo espaço:
  - Artigo urbano n.º 7689 propriedade do Município com a área de 2.167m<sup>2</sup> registado na Conservatória do Registo Predial sob a descrição 4055;
  - Artigo rústico - artigo 53, secção G, propriedade da sociedade, com a área de 2.040m<sup>2</sup>, registado na Conservatória do Registo Predial sob a descrição 1310/19990605.
- Em tribunal, o Município solicitou o reconhecimento do seu direito de propriedade sobre o prédio e o cancelamento das inscrições matriciais e registrais que colidissem com tal direito.
- A ação não obteve provimento, depois de esgotadas todas as instâncias de recurso.
- No âmbito do processo judicial, o IGP inscreveu o artigo 53, secção G, a favor do Estado Português."

A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

*[Handwritten signature]*

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



### **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara começou por dar conhecimento de que foi publicada a Portaria nº 394-B/2012, de 29 de novembro, que tem por objeto a reorganização dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) integrados na Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., da qual consta a criação do ACES do Médio Tejo, que resulta da fusão do ACES Médio Tejo I – Serra d’Aire com o ACES do Médio Tejo II – Zêzere.

Disse também que, na sequência desta fusão, foi designada para o cargo de diretor executivo do ACES Médio Tejo, pelo período de três anos, a licenciada Maria Sofia Theriaga Mendes Varanda Gonçalves, por despacho do Ministro da Saúde publicado na II série do Diário da República, no dia 13 de Dezembro.

#### **Tomado conhecimento.**



A seguida, ainda que já tenha sido objeto notícia e amplamente divulgado nas redes sociais, deu conta que, a Pousada da Juventude de Abrantes se encontrará encerrada no período de 3 de dezembro a 14 de março 2013, à semelhança de outras 11 pousadas, tendo esse encerramento por fundamento a diminuição da utilização neste período, segundo e-mail enviado pelo Presidente da Comissão Liquidatária, João Bibe.

Disse lamentar o encerramento, bem como as condições de conservação e manutenção a que chegou a Pousada da Juventude de Abrantes, sendo que a autarquia estará disponível para apoiar, de alguma forma, a reabilitação do imóvel.

#### **Tomado conhecimento.**

Depois, a Presidente da Câmara deu conta do Plano de Atividades e Orçamento para 2013 da TagusValley, aprovados no dia 20 de dezembro de 2012, em assembleia geral. Disse que estes documentos refletem muito o plano estratégico da TagusValley, nomeadamente com a conclusão e concretização de investimento no âmbito das infraestruturas científico-tecnológicas e dos parques de ciência e tecnologia. Referiu também que já foi assinado o contrato com empreiteiro, para a primeira fase requalificação do espaço e construção das naves industriais, instalação laboratório de inovação industrial e empresarial – LINE – que servirá a comunidade empresarial e a comunidade escolar (ESTA).

Acrescentou que, para as infraestruturas científico-tecnológicas e para os parques de ciência e tecnologia, as candidaturas estão aprovadas e os contratos de financiamento já assinados, com comparticipação de 85% - contrariamente aos 70% inicialmente previstos, já que, uma vez que a Câmara Municipal é a acionista majoritária, terá a mesma taxa de financiamento. Espera-se ainda pela possibilidade de apresentação de candidatura relativamente ao projeto para o LINE.

#### **Tomado conhecimento.**



Em consequência do encerramento orçamental da receita, informou que há necessidade de se encerrar o serviço da tesouraria no dia 28 de dezembro de 2012, pelas 12.00 horas, e que tal implicará igualmente o encerramento ao público do atendimento e licenciamento geral, na medida em que não poderão ser cobradas as taxas.

#### **Tomado conhecimento.**



**Nº 39** – Depois, deixou à consideração da Câmara Municipal, a aceitação de um donativo de 45 paletes de águas de 0,33l entregues Sociedade de Refrigerantes Baía, no valor de 508,50€ (quinhentos e oito euros e cinquenta cêntimos) para apoio à realização de Festa da Primavera, portanto, ao abrigo do Mecenato Cultural. – 101494

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aceitar o donativo da Sociedade de Refrigerantes Baía, no valor de 508,50€ (quinhentos e oito euros e cinquenta cêntimos).

LI  
Cota

**Nº 40** – A Presidente da Câmara, apresentou, para aprovação, a minuta de adenda ao protocolo celebrado com a UTIA – Universidade da Terceira Idade de Abrantes, no sentido de se ceder parte do imóvel sito na Rua Ator Taborda, onde funcionaram os Serviços Municipalizados de Abrantes, pelo período de 15 anos, a contar da data inicial da assinatura do protocolo (17 de dezembro de 2010), renovável por períodos de um ano. Desta adenda resulta que a UTIA procederá a obras de conservação, adaptação e beneficiação do edifício, desde que não afetem as estruturas, a segurança da construção existente, nem alterem o aspeto exterior do edifício, mas sempre com o parecer e aprovação prévia da Câmara Municipal e, para possibilitar que a UTIA adapte e recupere o espaço para o seu funcionamento e fins que prossegue, o Município concede o subsídio único de 32.000,00€ (trinta e dois mil euros). – 101517

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a minuta de adenda ao protocolo celebrado com a UTIA – Universidade da Terceira Idade de Abrantes, nos termos propostos, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para proceder à sua assinatura, bem como o apoio no valor de 32.000,00€ (trinta e dois mil euros).



**Nº 41** – Também para aprovação, a Presidente da Câmara apresentou a minuta de acordo de colaboração a celebrar entre o Município de Abrantes e a Secção Regional do Sul da Ordem dos Arquitetos, com vista à realização de estágios profissionais de admissão à Ordem dos Arquitetos, cabendo ao Município de Abrantes nomeadamente acolher arquitetos estagiários, de acordo com o Decreto-lei nº 66/2001, de 1 de junho. - 102539

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a minuta de protocolo a a celebrar entre o Município de Abrantes e a Secção Regional do Sul da Ordem dos Arquitetos, com vista à realização de estágios profissionais de admissão à Ordem dos Arquitetos, nos termos propostos, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para proceder à sua assinatura.



**Nº 42** – Em seguida, apresentou, igualmente para aprovação, a minuta do contrato de aquisição de serviços de segurança e vigilância de edifícios do Município de Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e a sociedade Prosegur – Companhia de Segurança, Unipessoal, Lda., com o prazo de execução de 2 anos, pelo valor global de 292.517,04€ (duzentos e noventa e dois mil quinhentos e dezassete euros e quatro centimos). - 51759

Ata da reunião de -21 dezembro- de 2012

cl  
at

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a minuta do contrato de aquisição de serviços de segurança e vigilância de edifícios do Município de Abrantes, a celebrar entre o Município de Abrantes e a sociedade Prosegur – Companhia de Segurança, Unipessoal, Lda., delegando-se poderes na Presidente da Câmara para proceder à sua assinatura.



**Nº 43** – Por último, a Presidente da Câmara, apresentou a informação nº 238 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 10 de dezembro de 2012, relativamente à empreitada de “Construção do Mercado Municipal de Abrantes”, referindo que, terminado prazo de suspensão dos trabalhos até 10.12.2012, concedido por deliberação da Câmara Municipal de 10.09.2012, a empreitada não foi ainda retomada. Mais referem que nenhuma empresa manifestou interesse em aceitar concluir os trabalhos contratualizados, por aquele preço pelo facto de os preços serem considerados baixos.

A Presidente da Câmara deixou, assim, à consideração da Câmara Municipal a aprovação de minuta de acordo e revogação de contrato, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A, procedendo-se às diligências necessárias a uma nova adjudicação.

Pedi desculpa, pelo facto de este assunto ter sido trazido no período antes da ordem do dia, mas não foi possível terminá-lo antes, nomeadamente a minuta agora colocada à aprovação.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, nos termos da informação nº 238 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 10 de dezembro de 2012, aprovar o procedimento de extinção da empreitada, privilegiando-se a via do acordo de revogação, pelas razões enunciadas na informação, e conceder poderes na Presidente da Câmara para dirigir e tomar as decisões sobre os procedimentos.



#### **VEREADORA CELESTE SIMÃO**

A vereadora Celeste Simão informou que foi retomado o processo de agregação de agrupamentos e de escolas não agrupadas. Assim, em janeiro, terá lugar a agregação da Escola Solano de Abreu com o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida e do Agrupamento de Escolas de Tramagal com o Agrupamento de Escolas Manuel Fernandes. Será,

el  
C1

nessa altura, nomeado o Presidente da Comissão Administrativa Provisória que depois desencadeará todo o processo para a eleição do Conselho Geral Transitório e, posteriormente, para a eleição do novo Diretor destes Agrupamentos.

**Tomado conhecimento.**



**VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS**

O vereador Manuel Jorge Valamatos informou que de 17 a 21 de dezembro de 2012 decorrem as férias jovens – Natal é Festa 2012, com a participação de 31 jovens dos 6 aos 16 anos.

Disse também que decorreu no passado dia 19 de dezembro o convívio hidro-sénior, que contou com a participação de 70 pessoas (+55 anos), nas Piscinas Municipais.

Referiu-se também à realização do 1º Festival de Patinagem Artística, no Pavilhão Municipal do Pego, no qual participaram 120 atletas, e que decorreu no passado dia 15 de dezembro, sendo uma organização do Clube Aventura Motorizado do Pego, que contou com o apoio do Município de Abrantes. Foi uma animação desportiva diferente do habitual, importante para motivar os jovens para a prática da patinagem.

**Tomado conhecimento.**



Disse também que o Conselho Municipal de Juventude de Abrantes emitiu, na sua reunião de 7 dezembro 2012, e por unanimidade, parecer favorável relativamente ao orçamento e plano de atividades para 2013, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquela conexas.

Informou também que a Juventude Socialista, aposentou uma proposta de aproximação do Conselho Municipal de Juventude às escolas secundárias, no sentido de fomentar a participação dos jovens no associativismo, pelo que foi constituída uma equipa de trabalho para contatar as escolas, com apoio dos serviços municipais, para verificação da melhor forma de operacionalizar esta questão.

**Tomado conhecimento.**

cl  
ce

## **VEREADOR CARLOS ARÊS**

O vereador Carlos Arês solicitou que no início do próximo ano poderia ser agendada uma reunião sobre a questão dos Bombeiros Municipais, pedindo também que lhe fosse facultado o acesso de consulta ao relatório da DGAL.

A Presidente da Câmara respondeu que se iria agendar essa reunião e que, não podendo ser-lhe facultada cópia do relatório, o mesmo ser-lhe-ia disponibilizado para consulta.



## **VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO**

O vereador Santana Maia Leonardo apresentou um pedido de esclarecimentos relativamente aos Bombeiros Municipais que a seguir se transcreve: - 98233

*Com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, o executivo aprovou na última reunião a minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, Câmara Municipal de Sardoal, Câmara Municipal de Mação, Câmara Municipal de Constância, Associação Humanitária dos Bombeiros de Constância e Associação Humanitária dos Bombeiros de Mação, com vista à criação do Agrupamento de Corpo de Bombeiros do Médio Tejo Norte, remetendo-se à Assembleia Municipal para autorização da integração do Município de Abrantes no Agrupamento do Médio Tejo Norte, ao abrigo da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação atual.*

*Os vereadores eleitos pelo PSD votaram contra, recorde-se, designadamente por considerarem tratar-se de uma decisão precipitada e que, manifestamente, não tinha sido suficientemente ponderada.*

*Pelos vistos, a referida autorização, que constava da Ordem de Trabalhos da última Assembleia Municipal, não chegou sequer a ser votada.*

*Gostaríamos, por isso, de ser esclarecidos do seguinte:*

- (I) se a autorização da integração do Município de Abrantes no Agrupamento do Médio Tejo Norte não foi votada na última Assembleia Municipal em virtude de se ter concluído não ser esta a solução que melhor defendia o município de Abrantes ou foi apenas o reconhecimento público da falta de ponderação e da precipitação do executivo camarário na aprovação de um quando o mesmo ainda não tinha ainda sequer suporte legal?*
- (II) tendo em conta que ainda não foram divulgadas as conclusões do inquérito aberto ao acidente de viação que vitimou uma bombeira, qual o motivo para que, seis meses após o acidente, o inquérito ainda não esteja concluído e o relatório divulgado?*

*Finalmente, vínhamos informar que reunimos, na semana passada, com o sindicato dos bombeiros profissionais, a seu pedido, que nos fez o levantamento das principais causas pelas graves falhas de operacionalidade do Corpo de Bombeiros a que temos vindo a assistir no último ano, quer ao nível da saída ao minuto das ambulâncias, quer na qualidade de socorro*

al  
Ces

*por falta de efectivos, o que nos deixou extremamente apreensivos, tanto mais quando é evidente que a principal responsável por esta situação é a Câmara Municipal de Abrantes.*

*O sindicato apresentou ainda a sua solução para a resolução deste grave problema que nos devia preocupar a todos, designadamente: (I) a questão dos turnos que, pelos vistos, é a solução encontrada por praticamente todos os municípios que têm bombeiros municipais; e (II) o preenchimento das vagas.*

*Na nossa opinião, a solução apresentada e que, de resto, nós já aqui tínhamos sugerido, parece-nos não só viável como interessante, pelo que devia ser uma solução a ponderar pelo Município.*

Relativamente à aprovação do protocolo, a Presidente da Câmara esclareceu que os serviços entenderam que o mesmo se enquadraria no âmbito das competências da Assembleia Municipal, daí o processo ter sido conduzido a este órgão. No entanto, nesta primeira fase, não parece adequado solicitar-se a aprovação de um documento "em branco", uma vez que se trata ainda de uma intenção, daí o assunto ter sido retirado.

Disse que também gostaria de ver resolvida esta questão com o preenchimento de vagas. Referiu que, curiosamente os problemas nos Bombeiros são cíclicos e, já tendo o lugar de comandante sido preenchido por várias pessoas, ao que parece, o problema também é sempre culpa de quem está em funções. Este tema carece de muita discussão e será oportuna a realização dessa reunião.

A solução de trabalho por turnos não é viável nem legal, porque não existem elementos suficientes para tal. O que é referido pelo sindicato não é exequível, porque o trabalho voluntário só pode apenas ser garantido no período noturno, porque esses voluntários trabalham noutros serviços. Isso implicaria a realização de 53 dias de trabalho extraordinário, que, como sabem não é exequível do ponto de vista legal, porque o trabalho extraordinário não pode ser utilizado para colmatar trabalho constante.

Quando se diz que todas as autarquias resolveram esta questão, não é verdade. Criaram-se algumas formas de resolver parcialmente, mas não há resoluções totais.

Não há exceções à regra no que diz respeito à contratação de pessoas, ou seja, para contratar, a Câmara Municipal tem que cumulativamente: ter a previsão inscrita no mapa, ter dotação orçamental, mas também tem que cumprir a redução de 2% prevista no Orçamento de Estado, ou seja não há hipótese.



Em seguida, o vereador Santana Maia Leonardo apresentou um pedido de esclarecimentos relativamente à supressão dos comboios 5650 e 5653, que a seguir se transcreve: - 102319

*"O comboio nº5653, que sai do Entroncamento para Abrantes às 21H28, e nº5650, que faz o percurso inverso na manhã do dia seguinte, são duas ligações fundamentais para o concelho de Abrantes, tendo em conta que existem muitas pessoas do concelho a trabalhar no Entroncamento e em Lisboa, sendo certo que a A23 deixou de ser uma alternativa, tendo em conta o incomportável preço das portagens para quem vive dos rendimentos do trabalho. Acontece que, segundo fomos informados, a CP suprimiu estas duas ligações, justificando o facto com a greve do SMAQ.*

Ora, tal não corresponde verdade, uma vez que a greve, por acordo dos maquinistas e do sindicato, não abrange a linha da Beira Baixa, o que significa que as ligações foram suprimidas não por causa da greve mas porque a CP não escala ninguém para efectuar o serviço.

Esta situação não pode deixar de merecer o nosso mais vivo repúdio.

Face ao exposto, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber quais as diligências levadas a cabo pela Câmara Municipal de Abrantes junto da CP para que as referidas ligações sejam retomadas, tendo em conta que a greve não abrange a linha da Beira Baixa."

A Presidente da Câmara disse que desconhecia, mas que os serviços iriam verificar esta situação, pelo que agradeceu a informação.



### **ORDEM DO DIA**

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

**Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício do Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 52 - III Secção, Santarém, a agradecer a colaboração da Câmara Municipal de Abrantes, na atividade "Os Náufragos...", que se realizou na Barragem de Castelo de Bode - Aldeia do Mato, nos dias 4,5,6 e 7 de outubro de 2012. - 95901

**Tomado conhecimento.**



**Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício da EP - Estradas de Portugal, S.A. - Delegação de Santarém, dando conta das ações que aquela entidade está a desenvolver, no âmbito da futura intervenção de reabilitação da ponte metálica sobre o rio Tejo em Abrantes, de entre as quais: - 100513

- Realização de inspeção principal e subaquática à ponte, não se tendo detetado alterações nas patologias já identificadas e que determinavam a necessidade de efetuar a reabilitação da ponte;
- Atualização do projeto de execução de reabilitação da ponte, já existente, à nova legislação;
- Confirmação da necessidade de implementar restrições ao tráfego para a execução da obra, mantendo-se aquelas que já tinham sido transmitidas à Câmara Municipal em Setembro de 2009, conforme carta anexa ao presente ofício.

Refere ainda que preveem que a empreitada seja lançada a concurso no ano de 2013.

**Tomado conhecimento.**

01  
cte

**Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício da EP - Estradas de Portugal, S.A. - Centro Operacional Centro Sul, que, no âmbito das faixas de Gestão de Combustível 2012, dá conta das área executadas por aquela empresa no concelho de Abrantes, nos meses de março, abril e maio.

Refere igualmente, que os locais onde se realizaram os trabalhos de corte de vegetação herbácea e corte de vegetação arbórea, arbustiva e subarbustiva, foram analisados e ajustados numa reunião realizada no dia 15 de Fevereiro de 2012, entre a E.P, S.A. e a Câmara Municipal de Abrantes.

Informa ainda, que se encontra a decorrer a segunda campanha de ceifa e corte de vegetação herbácea, que teve início no mês de outubro e prevê que termine no mês de dezembro. - 100766

**Tomado conhecimento.**



**Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou o ofício nº 5786 do Governo de Portugal - Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, datado de 27 de novembro de 2012, a remeter resposta ao ofício da Câmara Municipal de Abrantes, com a refª 6715 - GAP, relativamente ao Troço EN2/Rotunda do Olival - Ponte sobre o Rio Tejo. - 98873

**Tomado conhecimento.**



**Nº 5 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** dá conta do PNTA - Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, que foi preparado pela Equipa do MIAA, juntamente com o Serviço de Arqueologia da Câmara Municipal e onde se programa a intervenção arqueológica a fazer no Castelo de Abrantes.

Mais informa que o PNTA vai ser submetido à aprovação da DGPC - Direção Geral do Património Cultural. - 100892

**Tomado conhecimento.**

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

21  
CSP

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
98956	Associação EnvolveBrilho	Evento Musical	15 de dezembro de 2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recinto de diversão provisória;</li> <li>• Ruído;</li> <li>• Afixação de cartazes;</li> <li>• Distribuição de flyers</li> </ul>	68,12€

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



## Divisão Jurídica

**Nº 7 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara** apresenta a Ata relativa ao ato público de abertura de propostas realizado no dia 29 de novembro de 2012, referente ao concurso público para a cedência de exploração do Quiosque situado no Largo 1º de Maio, Abrantes, tendo o mesmo ficado deserto, por falta de apresentação de propostas. - 94042

## Tomado conhecimento.



**Nº 8 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara** apresentou o ofício nº 63 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 17 de dezembro de 2012, que remete as deliberações aprovadas em minuta na Sessão Ordinária realizada no dia 14 de dezembro do corrente ano, referentes aos assuntos que a seguir se discriminam: - 101585

2- Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas; - 96461

3- Protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia: - 98269

a) Manutenção e funcionamento das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância – revisão;

b) Tramagal - Requalificação do Mercado e Núcleo Museológico Industrial – prorrogação; - 82071

c) Rio de Moinhos e Aldeia do Mato – transporte dos utentes da Freguesia de Aldeia do Mato para a extensão de Saúde de Rio de Moinhos; - 64979

4- RPP Solar: Adenda ao Protocolo celebrado em 1 de outubro de 2009 (alterações e aditamento);

- 
- 5- Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP); - 92846
- 6- Organização Interna de Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3º grau; - 98334
- 7- Regulamento de Organização do SMA – estrutura e competências; - 98261
- 8- Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2013 - SMA; - 95806
- 9- Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso para o ano de 2013 – CMA; - 98099
- 10- Grandes Opções e Orçamento para o ano de 2013 – Câmara Municipal de Abrantes; - 98101
- 11- Documentos Previsionais para o Exercício de 2013 – Serviços Municipalizados de Abrantes; - 95761
- 12- CIMT – Constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário no âmbito da iniciativa Jessica; - 88097
- 13- Procedimento pré-contratual para fornecimento de energia elétrica – SMA – retificação de valor; - 88128
- 14- Procedimento pré-contratual para Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Especial e Média Tensão para instalações pertencentes ao Município de Abrantes; - 54653
- 15- Apoio na execução do projeto – remodelação do edifício do INOV.POINT – CIIDE; - 94660
- 16- Alienação de terreno ao Hotel Turismo de Abrantes; - 95822
- 17- Autorização da integração do Município de Abrantes no Agrupamento do Médio Tejo Norte; - 98233
- 18- Proposta do Bloco de Esquerda – Proposta Concreta de Reorganização Administrativa do Território da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território;
- 19- Alienação do direito de superfície do terreno sito no Tecnopolo, em Alferrarede, à A. LOGOS.

Refere igualmente que o ponto 17), a Assembleia Municipal apenas tomou conhecimento do assunto, e o ponto 19) foi retirado e, devolvido à Câmara Municipal.

**Tomado conhecimento.**

21  
Cet

**Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, minuta de escritura de doação, a celebrar entre a sociedade Sopadel – Sociedade Imobiliária, Lda., e o Município de Abrantes, referente a um prédio urbano, sito em Vale de Roubam, na freguesia de S. Vicente, com a área de 64,07 metros quadrados, que confronta do norte a poente com terreno municipal, do sul com arruamento público, e do nascente com Sopadel, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6383, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 05385/20121030, onde se encontram implantadas algumas infraestruturas e equipamentos, confinantes com o edifício Sopadel. - 76962

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de doação, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência de uma informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças, datada de 10 de dezembro de 2012, remete para aprovação, a venda a preço simbólico de 0,01€, das ações possuídas pelo Município de Abrantes, quanto à Sociedade Município, EM, S.A., como solução para a saída da participação societária, perante riscos de encargos cuja contratação e gestão não é dominável por este Município de Abrantes, dada a participação minoritária. - 98118

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a venda das ações possuídas pelo Município de Abrantes, quanto à Sociedade Município, EM, S.A., pelo preço simbólico de 0,01€, de acordo com a referida informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, calendário referente à realização das reuniões de Câmara para o ano de 2013. – 101315

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido calendário, conforme a seguir se indica:

<b>janeiro</b> 07/01/2013 – Reunião pública 21/01/2013	<b>julho</b> 08/07/2013 – Reunião pública 22/07/2013
<b>fevereiro</b> 04/02/2013 – Reunião pública 18/02/2013	<b>agosto</b> 05/08/2013 – Reunião pública 19/08/2013
<b>março</b> 04/03/2013 – Reunião pública 18/03/2013	<b>setembro</b> 02/09/2013 – Reunião pública 16/09/2013 30/09/2013
<b>abril</b> 01/04/2013 – Reunião pública 15/04/2013 29/04/2013	<b>outubro</b> 14/10/2013 – Reunião pública 28/10/2013

<b>maio</b> 13/05/2013 – Reunião pública 27/05/2013	<b>novembro</b> 11/11/2013 – Reunião pública 25/11/2013
<b>junho</b> 11/06/2013 (terça-feira) – R. pública 24/06/2013	<b>dezembro</b> 09/12/2013 – Reunião pública 23/12/2013

Cl  
ATP

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



## Divisão Financeira

**Nº 12 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou a listagem de processos de despesa realizada em novembro de 2012, ao abrigo do parecer genérico para 2012 aprovado na reunião da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2012, e para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2012. - 95345

**Tomado conhecimento.**



**Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 11ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes. - 101040

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da informação da Divisão Financeira.



**Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 12 de dezembro de 2012, remetendo para aprovação pedido de parecer prévio, com vista à 1ª Renovação do Contrato nº 74/2011, referente à Prestação de Serviços de Limpeza de Edifícios Municipais, no âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro. - 20176

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para a 1ª Renovação do Contrato nº 74/2011, referente à Prestação de Serviços de Limpeza de Edifícios Municipais.  
Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

*Cl*  
*Cl*

**Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 30 de novembro de 2012, acerca da necessidade de um reforço de 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros), para a despesa a efetuar com gás até final do ano.

Mais informa que, a assunção do compromisso fica dependente da existência de Fundo Disponíveis no mês de dezembro. - 69105

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar o reforço do montante de 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros), para a despesa a efetuar com gás até final do ano, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 18 de dezembro de 2012, referindo que o IEPF – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., formulou um convite para apresentação de proposta, no âmbito de um Ajuste Direto Regime Simplificado, para celebração de contrato com vista à utilização de uma sala do Estádio Municipal de Abrantes, para realização de ação de formação inserida na modalidade Vida Ativa.

O período de utilização será entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2012 (todos os dias úteis, em período laboral (9h às 17h). Apresentam como preço base do procedimento 2.100,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos da alínea i) do nº 1 do artº 64º do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor, o custo hora por dia útil da sala é de 10,43€, acrescido de IVA a taxa legal em vigor. Considerando, os dias previstos, tal significaria um montante a cobrar total de 11.015,00€ acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o que corresponderia a 132 dias úteis a 8 horas por dia.

De acordo com informação anterior do Diretor do DAF, "como o espaço o está sob a incidência do Regulamento e Tabela e para se afastar o regime regra, terá de ser proferida deliberação da C.M. reduzindo parcialmente o valor, atendendo a que a entidade e pessoa coletiva de direito público, acrescentando-se que a atividade tem eminente interesse municipal, em razão de os formandos serem residentes, na maior parte, no concelho de Abrantes, e em regra de se retirar partido efetivo da utilização. (...)".

Neste sentido, remete para aprovação, o convite e caderno de encargos apresentados, bem como, a dispensa parcial do pagamento das taxas devidas, conforme previsto na alínea a) do artº 10º da do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor aceitando-se o pagamento de 2.100,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com os fundamentos acima referidos. - 101380

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o convite e caderno de encargos apresentados, bem como, a dispensa parcial do pagamento das taxas devidas, conforme previsto na alínea a) do artº 10º do Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas do Município de Abrantes em vigor aceitando-se o pagamento de 2.100,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos supracitados.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

*Al*  
*Al*

**Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo, para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 18 de dezembro de 2012, que autorizou o adiantamento do pagamento da 1ª tranche do protocolo de manutenção da rede viária, prevista para janeiro de 2013, para fazer face a algumas dificuldades de tesouraria, no montante total de 70.000,00€ e cujo adiantamento, fica assegurado pelos fundos disponíveis existentes para o mês de dezembro. - 101056

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



**Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, que remete para autorização a assunção de compromisso plurianual, ao abrigo da "Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso - 2013", aprovada pela AM na sessão de 14 de dezembro de 2012, com vista à abertura de procedimento para "Aquisição de serviços de contabilidade e administração autárquica para apoio à DF", em regime de avença, pelo prazo de 1 ano e valor mensal de 1.085,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. - 101252

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a assunção de compromisso plurianual relativamente ao procedimento para "Aquisição de serviços de contabilidade e administração autárquica para apoio à DF", nos termos da referida Informação da Divisão Financeira. À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



**Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência de uma informação da Divisão Financeira, que remete para autorização a assunção de compromisso plurianual, ao abrigo da "Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso - 2013", aprovada pela AM na sessão de 14 de dezembro de 2012, com vista à celebração de contrato de prestação de serviços na área de Serviço Social, em regime de avença, pelo prazo de 1 ano e valor mensal de 1.085,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. - 101096

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a assunção de compromisso plurianual relativamente ao procedimento para celebração de contrato de prestação de serviços na área de Serviço Social, nos termos da referida Informação da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



**Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Divisão Financeira, acerca da transferência do montante de 1.950,00€ para a Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, inerente à comparticipação do Município, aquando da extinção da Inorvartejo - Agência de Desenvolvimento", em 2007,

*Ata da reunião de -21 dezembro- de 2012*

li  
at

ficando o compromisso assegurado pelos fundos disponíveis existentes para dezembro. - 80305

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a transferência do montante de 1.950,00€ para a Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



### **Divisão de Recursos Humanos**

**Nº 21 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou uma informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 21 de novembro de 2012, acerca do horário de trabalho dos Bombeiros Municipais de Abrantes. - 95601

**Tomado conhecimento.**



**Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão de Recursos Humanos, que remete para aprovação o regulamento respeitante ao "Modelo de estrutura flexível dos serviços municipais". - 101162

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido regulamento, de acordo com a citada informação da Divisão de Recursos Humanos.

À Divisão de Recursos Humanos para os devidos efeitos.

## **DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

### **Divisão de Cultura e Turismo**

**Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
96248	A.Teixeira, Sistemas Musicais, Lda.	Realização de lanche dos participantes da audição de Natal	20 de dezembro de 2012	Cedência do pequeno auditório do Cine Teatro São Pedro	53,84€
101136	Associação Vidas Cruzadas	III Jornadas Sociais da Associação	15 de fevereiro de 2013	Cedência do pequeno auditório do Cine Teatro São Pedro	53,84€

*Cl*  
*Cota*

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



### **Divisão de Educação e Ação Social**

**Nº 24 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, remetendo para aprovação, minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Abrantes e a Ultriplo, Lda., para a recolha de roupa, calçado, brinquedos usados, no Município de Abrantes. - 100525

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 25 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, referente a uma informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 11 de dezembro de 2012, que remete para aprovação, a atualização do valor das rendas dos 24 arrendatários de habitação social, para o ano de 2013, conforme quadro anexo à presente informação - 91115

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a atualização do valor das rendas dos 24 arrendatários de habitação social para o ano de 2013, nos termos da referida Informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



### **Divisão de Desporto e Juventude**

**Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos**, respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 10 de dezembro de 2012, acerca do pedido do Jardim Escola João de Deus, sito em Tramagal, Abrantes, a solicitar a cedência da Piscina Municipal de Tramagal, com isenção do pagamento das respetivas taxas. - 100279

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento de taxas, no valor de 52,65€ (cinquenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

*Handwritten signatures and initials*

**Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido da TagusValley, a solicitar apoio logístico para o evento Stereo Clubbing - Forum e Live Acts, nomeadamente, cedência e montagem de palco, colocação de 30 grades anti-motim, autorização para utilização da rede elétrica e apoio técnico de eletricitista, a levar a efeito nos dias 21 e 22 de dezembro de 2012. - 101290

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o apoio pretendido, nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

### **DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

#### **Divisão de Projetos e Empreitadas**

**Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, referente à informação nº 226 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 28 de novembro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Concepção e Execução de Pontão na E.M. 547 sobre a Ribeira da Abrançalha - Abrançalha de Cima - Abrantes", adjudicada à sociedade comercial Pontave - Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, referente à informação nº 233 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de dezembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação de Arruamentos na Urbanização do Casal da Preta e Bairro Catroga e Gaio em Abrantes", adjudicada à sociedade comercial Mendes & Gonçalves, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 07/11/2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, e tendo em conta que foi já liberada 75% relativa aos 3 anos, conforme deliberação de CMA de 22.10.2012, poderá ser liberada agora mais 15% da caução total prestada, que corresponde a 1.345,91 €, importância esta que deverá ser reduzida na garantia bancária Nº GAR/08305057 do Banco BPI, S.A.

Al  
C

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 484,01 €.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 233 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



**Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente à informação nº 235 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 06 de dezembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Concepção dos Projectos das Especialidades e Execução da Obra do Arquivo Municipal Eduardo Campos, em Abrantes", adjudicada à sociedade comercial Mendes & Gonçalves, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 31/10/2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, poderá ser liberada 90% da caução prestada para a obra, que corresponde a 112.137,61 €, pelo que, poderão ser canceladas as seguintes garantias bancárias:

- Garantia Nº 320881, do BES, no valor de 56.474,50 €;
- Garantia Nº 2542.000420.593, da CGD, no valor de 5.178,54 €;
- Garantia Nº 2542.000421.393, da CGD, no valor de 3.325,27 €;

E redução da garantia bancária Nº 338184, do BES, no montante de 47.159,30 €.

Após esta redução a referida garantia passará a ter o valor de 9.315,20 €.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 235 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



**Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 18 de dezembro de 2012, que aprovou a informação nº 236 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 07 de dezembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida - Abrantes", adjudicada à sociedade comercial Tecnorém Engenharia e Construções, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória Parcial relativa à 1ª Fase desta empreitada, cujo o montante dos trabalhos importou em 1 330 586,96 €, ocorreu em 05-11-2010, que corresponde a um tempo decorrido de 2 anos completos e tendo em conta que foi já liberada

*Ata da reunião de -21 dezembro- de 2012*

Ch  
Câmara

30% relativa ao 1º Ano, conforme deliberação de CMA de 05.11.2012, poderá ser liberada agora mais 30% (39 917,61€) da caução da empreitada, correspondendo à garantia bancária nº 2540.001058.693 da Caixa Geral de Depósitos, S.A., neste montante.

Esta garantia terá uma redução no total de 39 917,61 € e ficará com um valor residual de 17.181,64 €.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



**Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente à informação nº 240 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de dezembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação de Arruamentos em S. Miguel do Rio Torto", adjudicada à sociedade comercial Mendes & Gonçalves, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 17.10.2008, que corresponde a um tempo decorrido de 4 anos completos, e tendo em conta que foi já liberada 75% relativa aos 3 primeiros anos, conforme deliberação de CMA de 08.10.2012, poderá ser liberada agora mais 15% (1.019,31 €) da caução da obra, correspondente ao 4º ano.

Refira-se ainda que aquando da informação nº 166 de 26.09.2012, não foi contabilizado o valor a deliberar relativo aos valores retidos, montante esse que ascende a 234,60 € (312,79 € x 75%) e que terá agora de ser retificado.

Para o efeito deverá ser reduzida a garantia bancária Nº GAR/08305983, do Banco BPI, S.A., no montante de 1.253.91 €.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 366,75 €.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 240 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



**Nº 33 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente à informação nº 239 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de dezembro de 2012, relativa à abertura do procedimento de classificação do Edifício da "ASSEMBLEIA DE ABRANTES" como Imóvel de Interesse Municipal. - 98207

Considerando que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, compete à câmara municipal, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, a classificação de bem Imóvel como de Interesse Municipal de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8

Ata da reunião de -21 dezembro- de 2012

de Setembro, apresenta em anexo à presente informação, o processo com os elementos que devem constar da proposta de classificação.

Neste sentido, propõe:

- a) A abertura do procedimento tendo em vista a eventual classificação do Edifício da Assembleia de Abrantes, sito no Largo Avelar Machado / Rua Nossa Senhora da Conceição / Rua do Montepio Abrantino, freguesia de São João, concelho de Abrantes, como Imóvel de Interesse Municipal (IIM) nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e artigo 8.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro;
- b) Na eventualidade a proposta merecer provimento, em obediência ao previsto no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, deve a decisão ser:
  - i) Notificada ao proprietário e à requerente nos termos dos n.ºs 1 a 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, por força do disposto no artigo 31.º conjugado com o n.º 2 do artigo 57.º do mesmo diploma legal;
  - ii) Comunicada à Direção-Geral do Património Cultural em cumprimento do disposto no artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, remetendo-se, em anexo, cópia do processo de proposta de classificação, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 15.º e n.º 1 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e ainda conforme o disposto no n.º 2 do artigo 5.º e artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, para que se pronuncie e decida a abertura de procedimento de classificação do imóvel em referência;
  - iii) Divulgada no Boletim Municipal e na página eletrónica do município nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro;
  - iv) Divulgada e publicada através de edital nos termos previstos no artigo 1º e no n.º 1 e 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 181/70 de 28 de abril, conjugado com o artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e de acordo com as competências cometidas aos Municípios pela Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento de classificação do Edifício da "Assembleia de Abrantes" como Imóvel de Interesse Municipal, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 239 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 34 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 27 de novembro de 2012, acerca do pedido de 2ª prorrogação do prazo de licença, apresentado por Magda Sofia Esteves Gomes referente ao processo de obras nº 34/2010.

*Pl*  
*C*

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir o pedido efetuado, uma vez que é condição "sine qua non" estar a obra em fase de acabamentos para que essa decisão seja ponderada.

Não declarar a caducidade do licenciamento, tendo em conta o interesse demonstrado pela firma titular do processo em concluir a obra, a comunhão do mesmo interesse por parte do Município e os princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e da igualdade e da proporcionalidade (Artigos 4º e 5º do Código do Procedimento Administrativo).

Fixar excecionalmente como data limite para conclusão da obra, o último dia útil do primeiro mês do próximo ano civil, 31 de janeiro de 2013.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



**Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 27 de novembro de 2012, acerca do pedido de 2ª prorrogação do prazo de licença, apresentado pela firma "T.R.M. - Tratamento e Revestimento de Metais, Lda.", referente ao processo de obras nº 142/2010.

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Indeferir o pedido efetuado, uma vez que é condição "sine qua non" estar a obra em fase de acabamentos para que essa decisão seja ponderada.

Não declarar a caducidade do licenciamento, tendo em conta o interesse demonstrado pela firma titular do processo em concluir a obra, a comunhão do mesmo interesse por parte do Município e os princípios da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e da igualdade e da proporcionalidade (Artigos 4º e 5º do Código do Procedimento Administrativo).

Fixar excecionalmente como data limite para conclusão da obra, o final do primeiro semestre do próximo ano civil, dia 30 de junho de 2013.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.

**Nº 36** - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

### **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES**

**Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, proposta de tarifário de água, resíduos sólidos urbanos e outros serviços auxiliares para o ano de 2013, aprovado pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes, em 11 de dezembro de 2012. - 101030

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida proposta de tarifário para o ano de 2013.



**Nº 38 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, proposta de bonificações a conceder aos clientes que possuem contrato de prestação de serviços de ambiente, aprovado pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes. - 101032

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida proposta de bonificações a conceder aos clientes para o ano de 2013.



### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

**A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**

*Ata da reunião de -21 dezembro- de 2012*

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/12/21

PROCESSO			REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA		DESPACHO, LOCAL DA OBRA		DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data						Número	Tip	Data
05.03	10000092	2010/03/05	APROJES	10001015	2010/06/09	0113512929	GUSTAVO JOSE GOMES FERREIRA	RUA DR ANTONIO FERREIRA BAIRRAO, N° 93	ampliação Comércio	Rua Dr. Antonio Ferreira Bairrao, n°93-R/CH	12000380	DES	2012/12/11
						cm00016811			Tramagal				
2012/12/10: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro a autorização de utilização parcial, nos termos sugeridos pela Chafe da DOGU.													

\*\*\* Processado por computador \*\*\*  
\*\*\* Sistemas Informa \*\*\*

73

**Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 21.12.2012**

Processo		Requerente, Residência		Descrição, local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG4760/2012	09.03.2012	225039400 / CM1789	<u>André Filipe Frade Fernandes Cordeiro</u> / Rua da Estalagem, n.º 17 - Tramagal	Legalização de garagem / Rua da Fonte nº. 151 - Crucifixo - Tramagal	Despacho	27.11.2012	Deferida licença
PG2675/2012	07.02.2012	234290994 / CM1920	<u>André Filipe Marques Lopes</u> / Rua da Boa Hora, nº 8 - Areia de Cima - Alvega	Demolição de arrecadação e reconstrução/ampliação de habitação unifamiliar e construção de muros / Travessa da Murtanheira, nº 7 - Monte Galego-Alvega	Despacho	04.12.2012	Deferida licença para demolição de arrecadação, reconstrução/ampliação de habitação unifamiliar e execução de muros
PG15875/2012	25.09.2012	131850709 / 6474	<u>Armando Rodrigues Miguel e Outros</u> / Rua do Casal de Baixo, 2 - Vale das Mós	Legalização de substituição de obras / Rua do Casal de Baixo n.º 2 - Vale das Mós	Despacho	04.12.2012	Deferido pedido de licença para legalização de obras alteração de cobertura, condicionada à entrega no prazo de 15 dias do documento referido no anexo à inf.192/2012RC
PG4329/2011	31.03.2011	181542331 / CM298	<u>Nuno Alexandre Bento Diogo</u> / Rua dos Navegantes, n.º 5 - Concavada	Legalização de anexo / Rua dos Navegantes, n.º 5 - Concavada	Despacho	04.12.2012	Deferido pedido de licença para construção de anexo
PG7853/2012	30.04.2012	185394418 / CM2239	<u>Jorge Manuel Vicente Dias</u> / Rua da Fonte do Ribeiro, nº 326 - Martinchel	Construção de habitação / Vinha da Renda - Martinchel	Despacho	11.12.2012	Aprovado projeto de arquitetura
PG7946/2012	02.05.2012	1374117306 / CM1433	<u>João Manuel Alves Narciso</u> / Rua Professor Gomes Teixeira, n.º 9 - 2.ª Esq - Lisboa	Alteração e ampliação de habitação / Largo do Peralvo - Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	13.12.2012	Indeferido
PG18194/2012	07.11.2012	158879775 / CM7725	<u>José Manuel Pereira Martins</u> / Rua Conde de Alferrarede, nº 49 - 1.º andar - Alferrarede	Alteração de edifício / Rua Conde de Alferrarede - Alferrarede	Despacho	13.12.2012	Aprovado projeto de arquitetura